CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS
Fls. 02

Encaminho em anexo para elaboração de projeto de lei ao órgão competente

Atenciosamente,

Adilson Carlos Santos

Câmara Municipal de Andradas
Protocolizado
Sob nº. 410
12 ABR. 2022
Encarregado

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 111/2021

Dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Sérgio Antônio Carvalho de Azevedo, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art 1º As empresas que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, que compram material metálico para a reciclagem, que exercem a atividade de recuperação de materiais metálicos e que operam como comércio de ferro velho ou sucatas, localizadas no Município de Poços de Caldas, manterão registros que comprovem a origem dos fios de cobre e fios metálicos em geral, arames, peças, placas, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, ferro ou outro material que adquirirem.

Art. 2° As empresas deverão cadastrar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais mencionados no art. 1º desta lei, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação de seu respectivo endereço;

Parágrafo único. Os registros deverão conter também a descrição do material comprado, a quantidade e a data da compra.

Art. 3º As empresas que descumprirem o disposto nesta lei ficam sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo, conforme o caso, das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - Advertência, por escrito, da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, o infrator estará sujeito à multa;

II - Multa de 100 UFM (Unidade Fiscal Municipal), na segunda infração;

III - Multa de 200 UFM (Unidade Fiscal Municipal), na terceira infração;

IV - Cassação do alvará de licença do estabelecimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Plenário **"Ver. José Castro de Araújo"**, 15 de Setembro de 2021.

Wellington Alber Guimarães
Vereador

Regina Maria Cioffi Batagini
Vereadora

Sílvio Rogério Carvalho de Assis
Vereador

Luzia Teixeira Martins
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE ANDRADAS
Fls. 04

JUSTIFICATIVA

O projeto visa inibir o furto de fios de cobre e fios metálicos em geral, arames, peças, placas, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, ferro que ocorrem em nossa cidade. Estes furtos trazem prejuízo para a população em geral, pois geralmente as companhias telefônicas, elétricas e ainda a própria prefeitura é que são as vitimas. Os roubos de cabos telefônicos, tampos de bueiro e fios de luz, e além de deixar as ruas e praças no escuro, também trazem riscos as pessoas. Com o furto, vários usuários deixam de ter os serviços prestados, gerando prejuízo não só para esses, como também para as empresas, que obrigam-se a dispor de grandes quantias para a reparação dos serviços. Com o registro dos vendedores de material reciclado, principalmente os materiais de grande valor agregado, podemos inibir o furto destes materiais.

Plenário **"Ver. José Castro de Araújo"**, 15 de Setembro de 2021

Wellington Alber Guimarães
Vereador

Regina Maria Cioffi Batagini
Vereadora

Sílvio Rogério Carvalho de Assis
Vereador

Luzia Teixeira Martins
Vereadora

Câmara aprova projeto que obriga a comprovação de origem dos materiais metálicos recicláveis

Aprovado em segunda discussão, na última semana, o Projeto de Lei n. 111/2021 dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos recicláveis e o cadastro de fornecedores. A proposta, de autoria dos vereadores Wellington Paulista (UNIÃO), Luzia Martins (PDT), Regina Cioffi (PP) e Sílvio Assis (MDB), obriga as empresas que desenvolvem atividades comerciais como recicladoras, que compram material para a reciclagem, que exercem atividade de recuperação e que operam como comércio de ferro velho ou sucatas a manterem registros que confirmem a origem dos fios de cobre e fios metálicos em geral.

De acordo com a proposição, as empresas deverão cadastrar, no ato da compra, os fornecedores dos materiais, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação do seu respectivo endereço. Os registros deverão conter, também, a descrição do que foi comprado, a quantidade e a data da compra. Entre os materiais, além dos fios, devem ser comprovados: arames, peças, placas, tubos e outros do gênero (aço, cobre, alumínio ou ferro).

Com a nova lei, as empresas que descumprirem a medida ficarão sujeitas a algumas penalidades, sendo elas advertência, multa e cassação do alvará de licença. A norma entrará em vigor 90 dias após a data de publicação no Diário Oficial do Município.

Segundo Paulista, a legislação terá um papel importante na sociedade, inibindo os furtos e dificultando o trâmite do comércio ilegal. "Além disso, a nova lei irá facilitar o trabalho das autoridades de segurança, sendo esse nosso desejo. Os furtos que têm ocorrido trazem grandes prejuízo para a população em geral, geralmente as companhias telefônicas e imóveis da própria Prefeitura são os maiores alvos desse tipo de ação. Os roubos de cabos telefônicos, tampos de bueiro e fios de luz, além de deixarem as ruas e praças no escuro, também trazem riscos às pessoas. Dessa forma, esperamos que essa norma traga muitos benefícios à sociedade como um todo", disse o parlamentar.

A vereadora Luzia ressaltou a necessidade de incentivar a participação da sociedade para a prevenção e o combate ao crime de furto, roubo e receptação de materiais ilegais de qualquer natureza. "Mediante às diversas denúncias de roubos de fiação, entre outros materiais, principalmente de estabelecimentos públicos como PSF's e escolas, é que se faz necessário essa lei. É uma forma simples de atuar, mas com potencial de interferir em tais ações enfraquecendo o comércio ilegal. Diminuir o prejuízo nos cofres públicos possibilita maiores investimentos nos serviços essenciais para a qualidade de vida da população".

Para Regina Cioffi, esta é uma situação delicada que acontece há muito tempo. "Esse projeto tem como principal objetivo coibir os furtos desse tipo de material. Estamos vendo prédios sendo deteriorados, causando grandes prejuízos, e depois o material é vendido. Essa proposta é um instrumento que visa impedir que isso aconteça, porque quando forem vender vão ter que saber a procedência. É uma tentativa de melhorar essa questão, diminuindo ou até mesmo acabando com os furtos que têm acontecido até durante o dia. O material metálico tem um preço elevado, portanto trata-se de um prejuízo para a população. Esperamos que a lei seja sancionada rapidamente e colocada em prática", afirmou.

O vereador Sílvio Assis lembrou da audiência pública realizada pela Câmara, no ano passado, para tratar desse tema. "Em setembro de 2021, através de um Requerimento, propus a realização de uma audiência com o tema Furtos e arrombamentos em prédios públicos e particulares para retirada de fiação. A partir daí, deu-se início a um debate muito importante, finalizando com o Projeto de Lei aprovado por esta Casa. Com o avanço de furtos e roubos de fios e cabos elétricos, além de outros tipos de materiais recicláveis em nossa cidade, causando prejuízos para a população, órgãos públicos e empresas, sentimos a obrigação de fazer algo para um problema tão sério. Esperamos que o mesmo seja sancionado e colocado em prática o mais rápido possível, para assim amenizar o problema e ajudar os órgãos competentes na fiscalização, obtendo um controle maior da situação. Os furtos e roubos só aumentam e as pessoas que compram esses materiais também, inclusive tornou-se uma alternativa de renda na pandemia, devido à falta de emprego", comentou.

O Projeto de Lei 111/2021, aprovado pelos vereadores, está disponível para consulta no Portal da Câmara, em Proposições.

Blog do Polli



Curtas:

* Para começar bem a semana, uma notícia que vai agradar os servidores municipais. Está publicado na edição desta segunda-feira, do diário oficial do Município o Decreto 13.956, assinado pelo prefeito e pelo secretário de governo, que considera como ponto facultativo da administração municipal direta e indireta, os dias 14 de abril, quinta-feira santa e 22 de abril, em virtude do feriado do dia 21 em homenagem a Tiradentes.

* A reunião dos cabeças brancas do PSDB realizada na quinta-feira à tarde, quando foi decidido o lançamento da pré-candidatura do vereador Flavinho a deputado estadual surpreendeu Celso Donato que só tomou conhecimento após ser consultado a respeito do assunto pelo blog. Um claro sinal de que está faltando união no grupo que comanda o executivo e que o pessoal mais antigo da legenda tucana não engole o ex-secretário de governo que era também o presidente do diretório, antes de se filiar ao PSD.

* Com o vereador Flavinho pré-candidato a deputado estadual, Celso Donato corre o risco de ser abandonado e jogado ao mar pelos integrantes da sua antiga legenda, sendo obrigado a remar sozinho contra as denúncias que estão pipocando contra ele e também contra o secretário Thiago Mariano, titular da Sedet presidente do PSD. Thiago também é alvo de denúncias e já tem muita coisa para explicar a respeito da movimentação que o envolve com mais três amigos em um projeto de governo utilizando verbas públicas.

* O secretário diz que se trata de fato requentado, que houve mesmo denúncia ao Ministério Público e que ele e seus amigos foram chamados a prestar esclarecimentos, apresentaram toda a documentação que foi analisada pelo MP que optou por arquivar o processo.

* A desunião do grupo é tanta que até agora nenhum membro da equipe de governo, ou até mesmo dirigentes dos partidos aliados se dispôs a defender publicamente tanto Celso Donato como Thiago Mariano e até mesmo o prefeito Sérgio Azevedo, que está sob fogo cerrado por parte da bancada evangélica e dos vereadores de oposição.

* Kleber Silva, vereador do Novo, também anda incomodado com a denúncia de favorecimento e vantagem indevida envolvendo o ex-secretário de governo Celso Donato no caso dos ingressos para o show da dupla Jorge & Mateus. Por isso protocolou requerimento que será lido e votado na sessão da próxima terça-feira solicitando do executivo que informe se a multa foi lavrada, se posteriormente foi anulada, se isso ocorreu e quem foi o responsável pela anulação, assim como em quantos shows o prefeito esteve presente utilizando ingressos de cortesia.

* Já o vereador Diney Lennun, do PT, por meio de requerimento está requerendo do executivo cópia integral de todas as atas do Conselho Municipal de Inovação, Ciência e Tecnologia e também extrato bancário do Fundo desde sua criação. O motivo seria a denúncia contra o secretário Thiago Mariano e demais integrantes do Conselho.

* O vereador Flavinho, líder da bancada da situação na Câmara Municipal, já avisou ao prefeito Sérgio que diante dos últimos acontecimentos ele enfrentará problemas no legislativo onde não tem mais a maioria. Hoje ele não pode contar como certos os votos dos três vereadores da bancada evangélica (Wilson, Roberto e Marcelo), mais a vereadora Regina e Kleber Silva, do Novo. E ainda tem como votos duvidosos, os vereadores Douglas Dofu e Ricardo Sabino.

* Pelo menos por enquanto não se vê nenhum movimento no teleférico que possa indicar o início de um trabalho de recuperação do equipamento para entrar novamente em operação no dia 1.o de julho, como foi prometido pelo prefeito Sérgio Azevedo. Não se fala nem mesmo em como andam as conversas da comissão nomeada pelo chefe do executivo para colocar novamente em operação uma das nossas principais atrações turísticas. A única coisa que se sabe é que se apertar o botão de partida o teleférico não dá sinal de vida.

* O mesmo podemos dizer da encrencada terceirização dos pontos de passeio que até agora não despertou o interesse de nenhuma empresa em assumir, não só os pontos de passeio, mas também o teleférico. Por enquanto, a atenção do secretário de turismo está voltada para a Vila da Páscoa, cujas peças ornamentais custarão aos cofres públicos, R$ 123 mil pelo aluguel durante um mês.

* Falando em turismo, a legalização dos jogos de azar com a reabertura dos cassinos, que poderia incrementar o turismo local, foi aprovada na Câmara dos Deputados, mas deve enroscar no Senado onde o presidente, Rodrigo Pacheco, amiguinho do prefeito e também de Celso Donato, promete emperrar a decisão.

* A reação dos vereadores evangélicos contra a fala do prefeito Sérgio Azevedo ao dizer que os pastores enfiam goela abaixo seus candidatos aos fiéis, não se limitou apenas aos pronunciamentos feitos pelos três vereadores evangélicos na tribuna na sessão de terça-feira última. O assunto vem sendo abordado também nos cultos e hoje a maioria dos fiéis já define o prefeito como uma pessoa contrária as igrejas.



